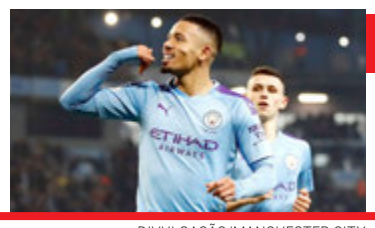
Política



DIVULGAÇÃO/MANCHESTER CITY

FUTEBOL EUROPEU

Campeonato Inglês volta em 17 de junho; Italiano também já tem previsão de retorno. **Página A7**

Flexibilização

Comércio volta, mas sob regras rígidas

Comércio em geral e shoppings terão horários diferenciados para não sobrecarregar o sistema de transporte e frequência em lojas terá limite: aulas só voltarão em 1º de julho

Nesta quinta-feira, 28 de maio, o prefeito Duarte Nogueira Júnior (PSDB) anunciou como será feita a retomada das atividades econômicas em Ribeirão Preto, autorizada pelo governo de São Paulo para a área de abrangência do Departamento Regional de Saúde (DRS-XIII), que inclui a metrópole e mais 25 cidades. A partir de segunda-feira, 1º de junho, vão voltar a atender imobiliárias, concessionárias, escritórios, lojas comerciais e dos quatro shopping centers da metrópole.

A previsão é que na próxima etapa, a partir de 15 de junho, caso a doença continue sobre controle na cidade, sejam reabertos os bares, restaurantes, salões de beleza e barbearias. Depois, a partir de 29 de junho, devem voltar atividades como academias. Nogueira diz que pediu ao Estado a liberação imediata de salões de beleza e barbearias, mas não obteve resposta até o início da noite de ontem.

De acordo com as regras que serão publicadas no Diário Oficial do Município (DOM) desta sexta-feira, 29 de maio, o comércio em geral – incluindo o da região central, do calçadão, dos bairros e dos corredores como os das avenida Saudade (Campos Elíseos) e Dom Pedro I (Ipiranga) e do Boulevard (Zona Sul) – poderá atender de segunda a sexta-feira, das dez às 18 horas, e no sábado das dez às 15 horas.

Já os quatro shopping centers da cidade – Shopping Iguatemi, RibeirãoShopping, Santa Úrsula Shopping e Novo Shopping – vão atender os clientes de terça-feira a sábado, das 12 até às 20 horas. "Os horários foram assim definidos para que não haja sobrecarga no setor de transporte, seja individual (por aplicativo ou táxi) ou coletivo, de modo a evitar aglomeração e trânsito", explica Duarte Nogueira.

Na coletiva de imprensa, no final da manhã de ontem, o prefeito tinha a seu lado o secretário municipal de Saúde e coordenador do Comitê de Técnico de Contingenciamento, Sandro Scarpelini, e o representante do Grupo de Transição e Retomada Pós-Covid-19, Antonio Daas Abboud. O tucano também anunciou que a presença de clientes nos estabelecimentos também será limitada a 35% do total estabelecido no alvará de funcionamento, ou um cliente a cada 15 metros quadrados, o que for menor.

Os estabelecimentos também deverão manter na porta de entrada uma placa informando a capacidade máxima permitida pelo alvará de funcionamento e o total de pessoas autorizadas a frequentar a loja diariamente. No caso dos shoppings, apenas 35% das vagas de estacionamentos poderão ser ocupadas. Ou seja, de cada três espaços, apenas um poderá ser utilizado.

Por causa da flexibilização ser uma decisão de competência estadual e municipal, os estabelecimentos em Ribeirão Preto serão monitorados pela Guarda Civil Metropolitana (GCM), pelo Departamento de Fiscalização Geral da Secretaria Municipal da Fazenda e pela Polícia Militar. Cada cidade paulista onde haverá flexibilização também será responsável por fazer as medidas estabelecidas pelo governo do Estado serem cumpridas.

"Seremos avaliados quanto à evolução da epidemia, sendo que o número de casos novos nos últimos sete dias tem que ficar entre 1% e 2% em comparação ao últimos dias, o mesmo valendo para o número de novas internações, que devem ficar entre 1% e 1,5%, e o número de óbitos, entre 1% e 2% em relação ao período anterior", explica Duarte Nogueira.

Segundo o prefeito para que o avanço para outras fases aconteça é preciso a conscientização e colaboração da população. Até porque, argumenta, "não estamos saindo da quarentena, estamos adotando condutas e protocolos para conviver com a quarentena. Vamos seguir para uma etapa de adequação de algumas atividades que estavam suspensas."

JF PIMENTA/ESPECIAL PARA O TRIBUNA

Duarte Nogueira na coletiva de ontem: "Os horários (do comércio e dos shoppings) foram assim definidos para que não haja sobrecarga no transporte"

JF PIMENTA/ESPECIAL PARA O TRIBUNA

Prefeito pediu ao governo do Estado que avalie a possibilidade de reabertura imediata de salões de beleza e barbearias em Ribeirão Preto

Aulas

Em relação a retomada das aulas presenciais na cidade, a previsão é que elas sejam reiniciadas em 1º de julho, mas essa data poderá ser alterada. Porém, já está decidido que o ano letivo, com a presença dos 47 mil alunos nas 108 escolas da rede municipal, não vai voltar a partir de segunda-feira (1º de junho) como estava previsto. Os estudantes continuarão a ter aulas online.

Retomada depende de esforço regional

No caso da região de Ribeirão Preto, a flexibilização foi autorizada a partir da análise do coronavírus nas 26 cidades – incluindo a metrópole – que compõem o Departamento Regional de Saúde (DRS-XIII): Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapará, Jaboticabal, Jardinópolis, Luis Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho.

Para autorizar a retomada as atividades, foram analisados indicadores como a taxa de ocupação de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e o total de leitos a cada 100 mil habitantes, número de mortes por coronavírus, casos e internações por covid-19 e capacidade de testagem. No escalonamento elaborado pelo governo estadual, a DRS de Ribeirão Preto está na fase dois, de alerta e flexibilização, na cor– laranja.

A flexibilização foi permitida nas cidades com redução consistente do número de casos, disponibilidade de leitos em seus hospitais públicos e privados e que obedeçam o distanciamento social nos ambientes públicos, além da disseminação e do uso obrigatório de máscaras. Cada região será avaliada periodicamente de acordo com os indicadores de saúde, verificando se cumpre os critérios para avançar a uma fase de maior relaxamento a cada 14 dias, ou voltar para uma fase mais restrita a cada sete dias (ou imediatamente, caso haja evidência da piora da situação). Se o percentual que permitiu a retomada cair, porque um ou mais destes municípios não seguiu os protocolos estabelecidos, todos os demais serão atingidos pelo fim da flexibilização. A retomada das atividades valerá por quinze dias – até 14 de junho. Após este período, a situação do coronavírus será novamente avaliada pelo governo do Estado e, dependendo do cenário, novas atividades poderão ser liberadas.

Entretanto, se os índices de prevenção e controle da pandemia piorarem poderá ser determinado o cancelamento da flexibilização. Caberá ao prefeito de cada cidade da DRS- XIII fazer um decreto de reabertura seguindo os parâmetros estabelecidos pelo governo do estado.

Volta de atividades em Ribeirão Preto

Primeira etapa
(1º de junho)
Setores autorizados
Comércio em geral
Shopping centers
Concessionárias
Imobiliárias
Escritórios
Regras
Comércio
De segunda a sexta-feira
Das dez às 18 horas
Sábado
Das dez às 15 horas
Shopping centers
De terça a sábado
Das 12 às 20 horas
Concessionárias
De segunda a sexta-feira
Das dez às 18 horas
Sábado
Das dez às 15 horas
Escritórios e imobiliárias
De segunda a sexta-feira
Das oito às 18 horas
* Todos funcionarão com máximo de 35% da capacidade, ou um cliente a cada 15 metros quadrados, o que for menor
Segunda etapa
(15 de junho)
Bares, restaurantes, salões de beleza e barbearias
Terceira etapa
(29 de junho)
Academias, clubes e talvez o setor de eventos

Socorro

Servidor pode ficar 3 anos sem reajuste

Congelamento dos salários em todos os níveis de governo faz parte do projeto que prevê ajuda financeira para Estados e municípios, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro

O Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Pradópolis e Guatapará criticou a sanção, pelo presidente Jair Bolsonaro, do projeto que congela o salário dos funcionários públicos federais, estaduais e municipais até o final de 2021. A lei foi sancionada nesta quinta-feira, 28 de maio, e faz parte do pacote de ajuda financeira de R$ 60 bilhões a Estados e municípios. O texto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU).

Ao sancionar o projeto de socorro a Estados e municípios, Bolsonaro acolheu os vetos sugeridos pela equipe econômica ao projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Por isso, não haverá reajuste para nenhuma categoria do serviço público. Segundo o governo, a manutenção do reajuste elevaria em quase dois terços o impacto financeiro. O projeto também proíbe a realização de concursos públicos.

Se os vetos não forem derrubados pelo Congresso Nacional, o funcionalismo de Ribeirão Preto poderá ficar sem reajuste por um período de três anos – de 2019 a 2021. Os servidores filiados ao sindicato ainda podem ter aumento de salário retroativo aos anos anteriores, mas, para isso, a entidade precisa vencer as ações judiciais que impetrou contra o município – os processos estão fora do alcance jurídico da lei sancionada por Bolsonaro.

Os vetos ainda precisam ser analisados pelos parlamentares. Se deputados e senadores derrubarem a decisão, o trecho da lei será restabelecido. Não há prazo para essa análise. Atualmente, o Sindicato dos Servidores tentava negociar com o Comitê de Política Salarial do governo Duarte Nogueira Júnior (PSDB) o reajuste anual da categoria. A pauta de reivindicações foi entregue no dia 28 de fevereiro. Entretanto, por causa da pandemia do novo coronavírus, as negociações emperraram.

Porém, antes da crise da covid-19, em 20 de março, a comissão de negociação nomeada pelo prefeito anunciou que não iria conceder reajuste salarial à categoria pelo segundo ano seguido. De acordo com o sindicato, a pauta econômica pede 6,18% de reajuste salarial, sendo 4,48% de reposição da inflação com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano passado – de janeiro a dezembro – e mais 1,7% de aumento real.

O mesmo índice, 6,18%, foi aprovado para a reposição do vale-alimentação dos trabalhadores e da cesta básica nutricional dos aposentados e pensionistas. No ano passado, os servidores protagonizaram a mais longa greve da história de Ribeirão Preto – teve início em 10 de abril e foi suspensa em 3 de maio, depois de 23 dias de paralisação e protestos. A categoria pedia reajuste de 5,48% – 3,78% de reposição da inflação com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e mais 1,7% de aumento real. Em 2018, depois de dez dias de greve, que terminou em 19 de abril, foi concedido reajuste salarial de 2,06% com base no INPC do IBGE, com acréscimo de 20% de ganho real, totalizando 2,5% de aumento.

Segundo nota enviada pela entidade a pedido do Tribuna, enquanto o país e o mundo passam pela maior crise sanitária e de saúde da história, o governo federal mantêm sua política de precarização dos serviços públicos e retirada de direitos dos trabalhadores. A entidade afirma que atuará em todas as frentes institucionais e judiciais para impedir que os trabalhadores do serviço público sejam penalizados por uma lei que, segundo ela, se faz injusta, incoerente, nefasta e inconstitucional.

O projeto sancionado por Bolsonaro suspendeu as dívidas de Estados e municípios com a União, inclusive os débitos previdenciários parcelados pelas prefeituras que venceriam este ano. Esse ponto pode gerar um impacto de R$ 60 bilhões à União. O repasse direto, em quatro parcelas, será dividido da seguinte forma: R$ 50 bilhões em compensação pela queda de arrecadação (R$ 30 bilhões para Estados e Distrito Federal e R$ 20 bilhões para municípios) e outros R$ 10 bilhões para ações de saúde e assistência social (R$ 7 bilhões para Estados e Distrito Federal e R$ 3 bilhões para municípios).

MARCELLO CASAL JR./AG.BR.

Sindicato critica projeto sancionado por Jair Bolsonaro: servidores de Ribeirão Preto devem ficar três anos sem reajuste salarial

A nota emitida pelo sindicato

"Com a publicação da lei complementar nº 173, de 27 de dezembro de 2020, no Diário Oficial da União desta quinta-feira (28), o presidente Jair Bolsonaro confere socorro aos estados e municípios, impondo a contrapartida solicitada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de congelar o salário de todos os servidores públicos nas três unidades da federação (União, estados e municípios) até dezembro de 2021.

A força da expressão usada pelo ministro Paulo Guedes na reunião ministerial, onde classificou o servidor como inimigo a ser explodido por uma 'granada', pode ser lida a como um sinal de que o congelamento, nos planos do Governo Federal, é só o começo de uma política que pretende ir ainda mais longe, contra o serviço público e contra o funcionalismo.

No momento mais desafiador de sua história, diante da ameaça real de esfacelamento das instituições democráticas e de ataques mortais contra o serviço público, o Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapará e Pradópolis renova seu compromisso com a democracia e com a luta pelo respeito aos direitos e anseios nossos servidores e trabalhadores públicos.

Diante da publicação da Lei Complementar nº 173, o SSM/RPGP vem a público exigir a revogação imediata da referida norma que congela salários e impede o crescimento na carreira, as progressões, as novas contrações e até mesmo os concursos públicos. Além de prosseguir defendendo a necessária ampliação e a justa valorização do serviço público", finaliza.